

ESTUDO DA ARTE DOS TRABALHOS SOBRE FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NOS ANAIS DO ENEM

José Jefferson da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
jef3ferson@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado a Formação Inicial de Professores de Matemática e os desafios dos processos didáticos para a atuação com pessoas com deficiência, nesta ao aproximar-se do tema sentimos a necessidade de construir um estudo da arte e um dos eventos selecionados para tal estudo é o ENEM. Como resultado deste estudo da arte, percebemos que, do período de 1987 a 2013, foram publicados 49 trabalhos sobre Educação Inclusiva, sendo a maioria nos últimos três eventos. Destes trabalhos encontrados apenas sete pesquisas tinham como temática a formação do professor de Matemática para inclusão. Percebemos nestas produções a importância do debate na formação inicial através de disciplinas de inclusão, e da discussão inclusiva em disciplinas como estágio, práticas ou metodologias. Evidenciamos ainda a importância da discussão na formação continuada, seja através de grupos de pesquisa, seja em cursos de pós-graduação ou aperfeiçoamentos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação do professor de matemática; ENEM.

1. Introdução

As discussões da Educação Especial – EE, são frutos de debates e embates decorridos ao longo da história da humanidade, tendo no Brasil sua legitimação no final do século XX (BRASIL, 1961; BRASIL, 1971; BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). Na última década do século XX, a discussão tomou corpo, sendo bastante influenciada pelos resultados de documentos, como: a Declaração Mundial Educação para todos, produzido pelos debates da Conferência de Jomtien, ocorrida na Tailândia (UNESCO, 1990), e a Declaração de Salamanca oriundo das demandas da Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida na Espanha (UNESCO, 1994).

Os debates e embates que vem sendo realizados no campo da EE, conseguiram uma mudança essencial nos documentos consultivos e normativos de nossa legislação, mudaram a

concepção da sociedade que hoje, pelo menos através dos documentos legais, reconhece nas pessoas com deficiências, os direitos, inclusive o da aprendizagem.

Apesar disto, as implicações nas salas de aula e na formação dos professores e professoras ainda, não tem sido suficientes (PIMENTEL, 2012; JESUS; EFFGEN, 2012, MARTINS, 2012; COSTA, 2011), principalmente em disciplinas específicas como a matemática (LÜBECK, 2010; PASUCH; BARBOZA; CAVASIN, 2013; KRANZ, 2013; OLIVEIRA; ANDRADE, 2013; LIMA; FERREIRA; MARIQUE, 2013; GESSINGER; LIMA; BORGES, 2010; PAIXÃO; GONÇALVES, 2010).

Neste contexto surge minha pesquisa de mestrado a Formação Inicial de Professores de Matemática e os desafios dos processos didáticos para a atuação com pessoas com deficiência, do Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA), orientado pela Dr^a. Tânia Maria Goretti Donato Bazante, que encontra-se em andamento e objetiva compreender, a partir dos currículos de formação inicial de professores e professoras de matemática, as contribuições presentes nos componentes curriculares e que, possibilitam o exercício reflexivo da prática docente no trabalho com pessoas com deficiência ao elaborar processos didáticos críticos e criativos, respeitando a diferença como direito humano na prática educativa.

Como caminho metodológico a ser percorrido na pesquisa, surge a necessidade de realizar um estudo da arte, com o intuito de conhecer as produções existentes sobre a formação do professor e da professora de matemática para inclusão, e elencamos, como um dos eventos a ser analisados em nosso estudo, o Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), pela relevância que o evento possui no meio acadêmico, e por organizado pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) sendo referência nas discussões da Educação Matemática.

Assim nesta comunicação apresentaremos um breve resumo sobre Educação Especial e Inclusiva, buscando situar o leitor e a leitora no universo da pesquisa, e em seguida apresentaremos um estudo da arte das pesquisas publicadas no ENEM no período de 1987 a 2013 que tinham como tema a formação do professor e da professora de matemática para inclusão, por fim apresentaremos nossas considerações sobre os trabalhos mapeados e as referências utilizadas para a construção do artigo.

2. Educação Especial e Educação Inclusiva

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

No Brasil, apesar de várias legislações anteriores, o documento que atualmente define a Educação Especial é a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Ao longo dos anos, com o avanço das pesquisas a lei sofre algumas alterações, uma delas dada pela Lei nº 12.796/2013, retifica o artigo 58º definindo que

entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013)

Em tempos atuais a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) alicerça a EE na perspectiva da Educação Inclusiva - EI. O que evidencia uma marca de um tempo e espaço, localizado no início do século XX, como força maior das configurações da Educação Inclusiva - EI, sem desconsiderar a anterioridade dos estudos e debates que possibilitaram o fortalecimento direto ou indireto dessa perspectiva da EE.

O que em nossas reflexões nos provoca indagar sobre o que vem a ser a EI? Carvalho (2013, p. 65) contribui afirmando que

a proposta da educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente.

Assim, entendemos e defendemos, consubstanciados pela política nacional de Educação Inclusiva, que o melhor caminho para EE é a EI, apesar de considerarmos que existem outras possibilidades e caminhos para EE, as quais respeitamos, como a Educação Bilíngue, se tomarmos aqui as questões referentes a surdez.

3. Metodologia

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa, onde apresentamos um estudo da arte realizado sobre o tema formação de professor e da professora de Matemática e Educação Inclusiva, nos anais dos onze primeiros Encontros Nacional de Educação Matemática, realizados no período de 1987 a 2013.

Iniciamos fazendo uma seleção nos anais do ENEM, dos trabalhos que tratavam da EI, através de palavras chaves e da análise dos resumos, encontrando os trabalhos (comunicações científica, relatos de experiências, resumo de minicursos), conforme os gráficos abaixo.

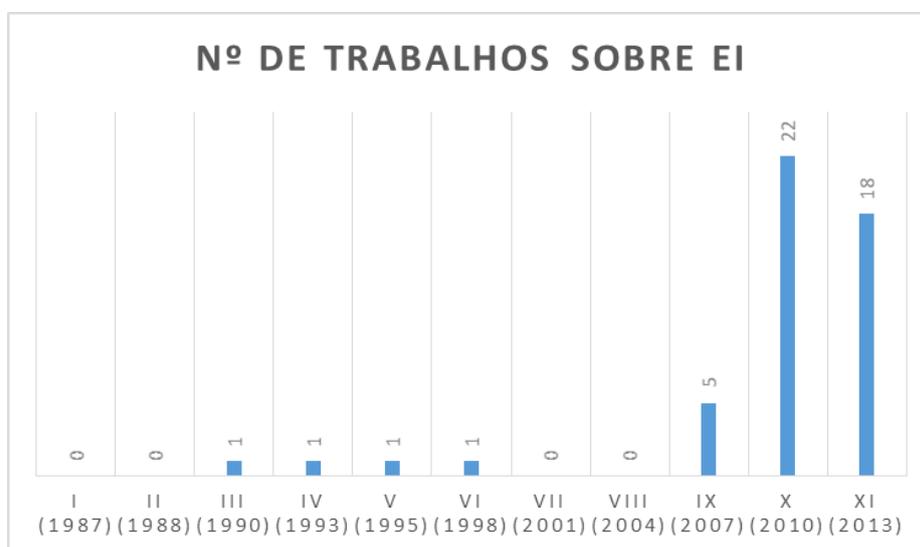


Gráfico 1: Número de trabalhos sobre EI por Edição do ENEM

Estes dados iniciais nos remetem que o tema cresceu consideravelmente nas últimas edições do evento, alinhados com a própria política nacional de Educação Inclusiva, que lançada em 2008, fortalece as leis anteriores legislando a preferência da perspectiva de EI para os alunos da EE.

Destes trabalhos selecionamos os que tratavam especificamente da formação do professor e da professora de matemática no contexto da inclusão, pois defendemos, alinhados com as legislações já apresentadas, que para a inclusão acontecer de forma humana é necessário um professor e uma professora com uma profissionalização que o possibilita habilidades para trabalhar com alunos e alunas com deficiência, e assim sendo é necessário pensar a formação inicial e continuada, do professor que irá atuar na EI. Nestas condições, encontramos dentre os 49 trabalhos já mencionados, 7 trabalhos, mapeados na seguinte tabela.

Tabela 1: Mapeamento das produções sobre formação do professor de matemática na perspectiva da inclusão

Evento	Edição	Ano	Tipo de Trabalho	Título	Autoras
ENEM	X	2010	Comunicação Científica	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Gessinger, Lima e Borges
ENEM	X	2010	Comunicação Científica	REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO NA DISCIPLINA PRÁTICA DE ENSINO	Lübeck
ENEM	X	2010	Comunicação Científica	SABERES DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA PARA ALUNOS SURDOS E O FUTURO PROFESSOR REFLEXIVO	Paixão e Gonçalves
ENEM	XI	2013	Comunicação Científica	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA	Kranz
ENEM	XI	2013	Comunicação Científica	A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DO FUTURO PROFESSOR E SUA EFETIVAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Pasuch, Barboza e Casavin
ENEM	XI	2013	Comunicação Científica	A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	Lima, Ferreira e Monrique
ENEM	XI	2013	Comunicação Científica	UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS	Oliveira e Andrade

O trabalho de Lübeck (2010) apresenta um relato de experiência realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com alunos e alunas da Licenciatura em Matemática que cursavam a disciplina de Práticas de Ensino II, nos anos de 2007 a 2009, cuja ementa propõe discussões de metodologias alternativas para o ensino de alunos e alunas com deficiências.

Defendendo que a inclusão social de pessoas com deficiências depende da formação de um docente, uma docente, capaz de reconhecer as diferenças, e respeitá-las., o autor promove uma experiência com graduandos e graduandas da Licenciatura em Matemática, divididos em grupos de quatro alunos e alunas, sendo ao primeiro aluno e aluna do grupo vetado a utilização de uma das mãos, ao segundo aluno vetado a fala, ao terceiro vetado a escuta, e ao último é vetada visão, buscando criar um ambiente “onde os participantes exploram outros sentidos como os portadores de condições biológicas-físicas-sensoriais distintas” (LÜBECK, 2010, p. 3).

A atividade é proposta de forma que os alunos e alunas compreendam que nossas diferenças não nos inferiorizam. Durante a experiência os participantes perceberam, por exemplo, a necessidade do estímulo para a adaptação e para a aprendizagem.

O autor conclui a importância de momentos, discussões e debates sobre inclusão, na formação do professor, que profissionalizam, e instiga-os a concentrar seu trabalho com vistas a heterogeneidade, mediante a presença das diversidades em sala de aula.

O artigo produzido por Paixão e Gonçalves (2010) é um recorte da pesquisa de mestrado de Paixão orientada por Gonçalves que busca compreender que saberes são necessários ao professor para incluir o aluno e a aluna com surdez nas aulas de matemática de escolas regulares.

Através de um estudo de caso etnográfico, e utilizando como instrumentos de pesquisa a observação participante, entrevistas não-estruturadas e análise documental, e tendo como sujeitos de pesquisa duas professoras de matemática e dois futuros professores de matemática, os pesquisadores apontaram o saber da reflexão-na-ação, durante as aulas de matemática, como algo imprescindível, pois “o professor reflete sua prática e a partir dela mobiliza outros saberes” (PAIXÃO; GONÇALVES, 2010, p.7).

O autor e a autora salientam que a partir da reflexão, os professores e as professoras despertam outros saberes, como a utilização de materiais concretos para o ensino de matemática ao aluno surdo, a utilização de recursos e metodologias diferentes e diferenciados, e do trabalho colaborativo.

O pesquisador e a pesquisadora sinalizam ser relevante que os futuros professores de matemática tenham acesso à leitura e discussões sobre inclusão e que tenham momentos práticos com alunos surdos, como os observados na pesquisa, pois estes oportunizam adquirir saberes sobre o professor reflexivo e os saberes didáticos metodológicos para o ensino de alunos surdos. O autor e a autora apontam ainda a importância do estágio supervisionado como este espaço de aproximação com a diversidade cultural existente nas salas de aulas, em especial ao que tange os alunos e as alunas com deficiência.

Gessinger, Lima e Borges (2010) investigaram, através de um estudo de caso, os relatos sete professores de matemática de escolares regulares da Educação Básica e de universidade, que tinham alunos com deficiência em sala de aula, buscando compreender quais as expectativas dos professores com relação à formação inicial e continuada, frente aos desafios da inclusão.

Os dados foram submetidos a análise do conteúdo, tendo como categorias, a formação inicial e a formação continuada. Através dos relatos as pesquisadoras evidenciaram que “a formação inicial parece não ter sido suficiente para preparar professor entrevistados para enfrentarem os desafios da complexa tarefa que a docência representa nos dias de hoje” (GESSINGER; LIMA; BORGES, 2010, p. 5).

As autoras perceberam ainda que várias das críticas postas à formação inicial surgem por dois grandes motivos, o primeiro devido o modelo de racionalidade técnica, ainda muito comum em cursos de Licenciatura em Matemática, apontando a necessidade de uma formação que seja crítica e criativa, diante as demandas multiculturais existentes. O segundo aponta que os grandes problemas se referem ao distanciamento da teoria e da prática, em cursos de formação de professores e das professoras.

Quanto a formação continuada, a pesquisa de Gessinger, Lima e Borges (2010) apontam que a presença alunos com deficiência em sala de aula regular estimulou os professores escutados a procurarem uma formação continuada externa a escola, através de cursos e seminários, e dentro da escola, através de espaços que oportunizem trocas de conhecimentos, defendendo que é essencial a existência e o investimento na formação continuada de professores de matemática para a inclusão.

Lima, Ferreira e Manrique (2013) apresentam resultados de uma pesquisa, que buscou compreender a concepção de professores de matemática sobre a inclusão de alunos com deficiência. A pesquisa realizada com 126 professores do território nacional que ensinam Matemática na educação básica, utilizou um questionário que foi preenchido em meio físico e digital, nos meses de abril a junho de 2012.

O questionário realizado pelos autores apresentava em sua estrutura: um termo de livre esclarecimento, uma declaração de consentimento, e alguns itens que faziam os professores refletir sobre a Educação Inclusiva, como o acesso a tecnologias assistidas, e a materiais didáticos, as percepções sobre a inclusão do aluno com deficiência em sala de aula regular e a formação do professor e da professora de matemática.

Os professores e professoras que responderam o questionário, elaborado por Lima, Ferreira e Manrique (2013), majoritariamente trabalhavam no estado de São Paulo (quase 70%), eram do sexo feminino (quase 66%), e tinham mais de 11 anos de experiência (quase 62%). Além disto a grande maioria dos professores, mais de 68%, não tem acesso nas escolas onde trabalham a tecnologias assistidas, e menos ainda tem acesso a material didático (como, ábaco, caixa tátil, geoplano, mosaico geométrico, soroban e tangram).

Quanto as perguntas voltadas a formação de professores e professoras foram três, a primeira buscava entender se os professores e as professoras que ensinavam matemática tiveram alguma disciplina em sua formação inicial que abordasse o tema Educação Inclusiva para o ensino da matemática, dos 126 professores pesquisados, 115 (91%) nunca tiveram contato com disciplinas, que abordassem a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de matemática, em sala de aulas regulares.

A segunda pergunta questionava se os docentes pesquisados já tinham participado de alguma formação continuada sobre o tema. Como resultado, os autores perceberam que mesmo 92 professores já tendo ensinado a alunos com deficiência, e destes, 51 já terem ministrado aulas de matemática a alunos com deficiência, a grande maioria dos professores entrevistados 95 (75%) nunca procurou, no processo de formação continuada cursos que abordassem o trabalho voltado para a inclusão escolar de alunos com deficiência em aulas de Matemática.

A terceira pergunta buscava compreender como deveria ser realizada a formação de professores e das professoras para o trabalho voltado para inclusão de alunos com deficiência em sala de aula de Matemática, como resultado os pesquisadores Lima, Ferreira e Manrique (2013) classificaram as resposta em três categorias, o primeiro defendia a necessidade de um ajudante de sala de aula; a segunda defendiam a necessidade de uma formação específica para o trabalho com alunos com deficiência; e a terceira a incapacidade de trabalho com deficiência. Os autores constatam ainda, a escassez de cursos de formação de professores e de professoras que trabalham com alunos com deficiência.

A pesquisa de Oliveira e Andrade (2013) objetivou compreender como acontece a inclusão de alunos e alunas com surdez, em aulas de matemática de escolas da rede pública estadual, em Foz do Iguaçu, para isto buscaram investigar a formação do professor e da professora de matemática que atuavam em salas de aulas que tinham alunos surdos.

Para tal fim, selecionaram oito professores e professoras de matemática que eram de escolas estaduais de Foz do Iguaçu e que tinham no ano de 2012 alunos surdos em sua sala de aula e aplicaram um questionário. Seis destes professores e professoras lecionavam em turmas com alunos e alunas com surdez a menos de 5 anos, enquanto dois professores lecionam a mais de 10 anos em turmas com alunos surdos.

Dos oitos docentes, apenas um teve em sua graduação momentos de discussões sobre inclusão de alunos surdos, nas disciplinas de Didática e Estágio. “E no decorrer de sua

carreira profissional seis professores e professoras relatam que não tiveram propostas de cursos sobre a temática. Quando ocorreram eram em horários inadequados à sua carga horária” (OLIVEIRA; ANDRADE, 2013, p. 8). Apesar disto, os professores questionados afirmaram pesquisar algumas informações sobre a temática e conversam e são auxiliados pelos interpretes.

Kranz (2013) relata uma experiência de formação continuada em Educação Matemática Inclusiva, recorte de sua pesquisa de doutorado. A pesquisa foi realizada com professores do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, coordenadores pedagógico e gestores de uma escola pública, totalizando quinze participantes.

Através de uma perspectiva colaborativa, a autora tinha como finalidade a construção de jogos com regras, que seguissem os princípios do Desenho Universal, onde todos os alunos pudessem jogar juntos.

Após os momentos de planejamento, o trabalho pedagógico utilizando os jogos criados foi iniciado nas turmas de 1º ao 4º ano. A pesquisa teve como registro todas os escritos e relatos orais que foram utilizados no decorrer da formação, assim como os escritos e filmagem da aplicação dos jogos.

Como resultado Kranz (2013, p. 9) ressalta “a importância da formação continuada de professores na perspectiva colaborativa, como uma possibilidade efetiva à Educação Matemática Inclusiva”.

Passuc, Barboza e Cavasin (2013) apresentam um síntese de uma experiência prática vivenciada na disciplina de Inclusão durante a graduação no curso de Licenciatura em Matemática, oportunizando conhecer o cotidiano de alunos com deficiência na escola regular e no Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE.

A prática ocorreu em dois momentos, no primeiro as pesquisadoras visitaram uma sala de SAEDE que funcionava num prédio externo a escola. Uma professora que trabalhava nesta sala tinha vinte e dois anos de experiências com alunos da Educação Especial, e atendia a quinze alunos que se reversavam, sendo cada um atendido duas vezes por semana, com encontros de 1 hora e meia.

Num segundo momento, na sala de aulas regulares, foram observados duas turmas (5º e 8º ano), durante dois turnos. As turmas possuíam alunos com deficiência, as duas salas observadas tinham dois professores, o regente e o segundo professor que acompanhava os alunos com deficiência.

Neste encontro os pesquisadores vivenciaram experiências bem distintas, na primeira aula o aluno apesar de apresentar problemas nas cordas vocais, deficiência mental não especificada, deficiência auditiva e hiperatividade, acompanhava a turma num tempo diferenciado, sendo acompanhado pela segunda professora que criava meios didáticos específicos para o aprendizado deste aluno.

No segundo caso, a aluna possuía déficit de aprendizagem, e por não conseguir acompanhar a turma e a professora regente na aula de relações métricas no triângulo retângulo, a segunda professora resolve ensinar sistema monetário (um conteúdo matemático, totalmente diferente do que estava sendo estudado pela turma regular) a aluna com deficiência. Levantando o questionamento se a aluna realmente estava incluída na prática pedagógica desta sala de aula.

Os autores ressaltam a importância da experiência na formação inicial que permite os alunos da Licenciatura em Matemática, a reflexão sobre a inclusão.

4. Considerações Finais

A inclusão de pessoas com deficiências, em escolas é um passo que não tem volta. Percebemos grandes avanços na legislação educacional brasileira.

Assim, ao longo das décadas, o discurso da Educação Especial teve grandes avanços, saindo da lógica da homogeneidade que propunha um ensino igual para todos, porque todos são iguais, para uma lógica da heterogeneidade onde as diferenças individuais entre os alunos não apenas são reconhecidas e aceitas, como constituem a base para a construção de uma nova e inovadora abordagem pedagógica.

Apesar disto, na Educação Matemática percebemos que o debate demorou a se fazer presente, sendo nas últimas três edições do ENEM um marco para tais discussões dentro do nosso campo de pesquisa.

Neste contexto diagnosticamos ainda que os pesquisadores têm colocado a formação do professor de matemática como um elemento necessário para uma inclusão efetiva e humanizada dos alunos com deficiência nas escolas.

Estes múltiplos olhares nos fazem perceber a importância de na formação inicial do professor ser preconizado e ofertado disciplinas como EI, ou espaço dentro das disciplinas de estágios, metodologias e práticas docentes para discutir e vivenciar a inclusão.

Discutem ainda a importância da formação continuada, sejam em grupos dentro da própria escola, debatendo as necessidades locais, e valorizando a reflexão de suas práticas sejam em formações específicas de qualificação para o trabalho com a inclusão.

Assim, alertamos que o processo para garantir uma Educação Matemática Inclusiva é longo, mas já percebemos experiências e pesquisas educacionais que apontam para o professor como um agente necessário para tais mudanças.

5. Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo à Ciências e Tecnologia do estado de Pernambuco pelo financiamento da pesquisa. Agradeço a minha orientadora Tânia Maria Goretto Donato Bazante pela parceria, construção conjunta e apoio incondicional ao projeto.

6. Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e bases da educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2008. 15p.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências..

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. 9. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013. 176 p.

COSTA, V. A. Formação de professores e educação inclusiva: experiências na escola pública. In: COSTA, V. A. et al. (Orgs.). **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói: Intertexto Editora; CAPES, 2011. p. 31-52

GESSINGER, R. M.; LIMA, V. M. R.; BORGES, R. M. R. A formação de professores de matemática na perspectiva da Educação Inclusiva. In: **Anais do X Encontro Nacional de Educação Matemática**, Salvador, 2010.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. S. Formação docente e práticas pedagógicas, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012. p. 17-24.

KRANZ, C. R. Formação continuada de professores: uma experiência em Educação Matemática Inclusiva. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

LÜBECK, M. Reflexões sobre inclusão na disciplina prática de ensino. In: **Anais do X Encontro Nacional de Educação Matemática**, Salvador, 2010.

LIMA, C. A. R.; FERREIRA, G. L.; MONRIQUE, A. L. A percepção dos professores que ensinam matemática na Educação Básica sobre a inclusão de alunos com deficiência. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

OLIVEIRA, F. M. F.; ANDRADE, S. V. Uma reflexão sobre a formação dos professores de matemática e suas práticas pedagógicas para trabalhar inclusão de alunos surdos. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

PAIXÃO, N.; GONÇALVES, T. O. Saberes de professores que ensinam matemática para alunos surdos e o futuro professor reflexivo. In: **Anais do X Encontro Nacional de Educação Matemática**, Salvador, 2010.

PASSUCH, A.; BARBOZA, J. V.; CASAVIN, R. S. F. A importância da disciplina de inclusão na formação do futuro professor e sua efetivação na educação inclusiva. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**, Curitiba, 2013.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012. p. 139-158.

RODRIGUES, A. J. Contextos de Aprendizagem e Integração, Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais. In: RIBEIRO, M. L S; BAUMEL, R. C. R. C. (Orgs). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo, SP: Avercamp, 2003, p. 13-25

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha, 1994.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.